

“Defender a radiodifusão pública é defender a cidadania; é entender o espaço de debate privilegiado para a democracia brasileira.”

MARIA HELENA WEBER

Ana Javes Luz
Fiorenza Zandonade Carnielli
Tiago Gautier

Maria Helena Weber é professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde leciona no curso de graduação em Comunicação e de pós-graduação em Comunicação e Informação, nas áreas de comunicação pública, política e opinião pública. Doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ), mestre em Sociologia (UFRGS) e Bacharel em Relações Públicas e Publicidade (UFRGS), é pesquisadora bolsista do CNPq e coordenadora do Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP). Entre 2014 e 2015, coordenou, em convênio com a UFRGS, a pesquisa *Monitoramento e Análise de Conteúdo da Programação da TV BRASIL* – emissora de televisão pública vinculada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC). É autora do livro *Comunicação e Espetáculos da Política*.

|Qual a importância da televisão pública para a sociedade?

A importância da televisão pública é a mesma das instituições públicas que garantem a qualidade da democracia e a defesa do interesse público. Como televisão de um sistema de comunicação, ela se torna elemento central na interação entre Estado e sociedade, na medida em que o desempenho de suas atividades e peculiaridades permite dar visibilidade às políticas públicas, ao debate público sobre temas controversos e sensíveis e valorizar a cultura nacional. Nessa perspectiva, a TV pública completa o processo de comunicação necessário às democracias, obedecendo aos princípios e objetivos vinculados ao interesse público.

A TV pública realiza isso – ou deveria realizar – através da circulação de informações, programas e estéticas próprias, mais próximas da sociedade do que do mercado da audiência. A não vinculação ao mercado e à obsessiva linha de audiência qualifica o consumidor desse tipo de emissora, pois contribui para sua informação e formação sobre a sociedade na qual se insere; sobre as múltiplas e diversas características da cultura geográfica, artística e social; sobre seu próprio país. Nesse sentido, a existência e o funcionamento de meios e sistemas públicos de comunicação se transformam em indicadores de qualidade da democracia, pois potencialmente abrigam maior diversidade e liberdade em relação à abordagem de conteúdos, sem o compromisso e imposições da disputa mercadológica. É a natureza e os compromissos que

transformam o sistema público de radiodifusão no espaço público privilegiado de visibilidade e discutibilidade sobre temas abordados por um ângulo especial, regido pelo interesse público. E isso aparece no jornalismo, entretenimento, debate, documentários e dramaturgia, inclusive com experiências de produção que valorizam o protagonismo de apresentadores com limitações físicas e aparência que podem desconcertar os padrões das televisões comerciais. Na TV pública, a experimentação estética é permitida.

|De que modo a legislação e demais instrumentos normativos por trás da criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e da TV Brasil, nos princípios e objetivos que as contemplam, articulam conceitos teóricos com aspectos práticos que possam ser avaliados dentro da programação da emissora?

O sistema de comunicação pública é de absoluta relevância para a democracia, na medida em que privilegia princípios e objetivos que promovem a cidadania e a emancipação social, definidos pela Constituição Federal de 1988 e a Lei 11.652, de 7/4/2008, que instituiu os serviços da Radiodifusão Pública e criou a Empresa Brasil de Comunicação. Podemos citar, como exemplos de princípios normativos baseados na lei, a promoção da cultura nacional; o respeito aos valores éticos e sociais; a não discriminação religiosa, político-partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual; a promoção e a construção da cidadania; o fomento à consolidação da democracia e à participação na sociedade; a garantia do direito à informação e a observância de preceitos éticos no exercício das atividades. Esses princípios teóricos, vinculados à comunicação e ao interesse público, estão devidamente expressos nos termos legais de constituição da EBC, sob a vigilância do Conselho Curador – formado por representantes do Estado e da sociedade. Este Conselho foi legalmente constituído para garantir a “participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira”.

Nas perspectivas técnica, estética e de produção, as normas que regem a EBC são claras, por exemplo, ao indicar o acesso à informação; pluralidade da origem da produção; estímulo à produção regional e à produção independente; abordagem de temas de relevância nacional e internacional; oferecimento de mecanismos para o debate público; garantia do direito à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação; cooperação e apoio a processos educacionais, de inclusão social e de socialização da produção de conhecimento; garantia de espaços para exibição de produções regionais e produções independentes; buscar excelência em conteúdos e linguagens; desenvolvimento de formatos criativos e inovadores, tornando-se centro de inovação e formação de talentos; promoção de parcerias e fomento à produção audiovisual nacional; estímulo à produção e garantia de veiculação de conteúdos interativos, especialmente, aqueles voltados para serviços públicos. Esses preceitos normativos que definem a radiodifusão pública da EBC podem ser ampliados para outras emissoras públicas e, nesse sentido, são indicadores da comunicação pública e da qualidade da democracia.

|Quais critérios a pesquisa de “Monitoramento e Análise de Conteúdo da Programação da TV BRASIL” utilizou para avaliar o cumprimento dos princípios da

comunicação pública e da radiodifusão pública na emissora? E como esses critérios foram aplicados?

Esta questão é o marco teórico-metodológico da pesquisa desenvolvida através de convênio firmado entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), no período de 1º de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015. Combinando atividades de pesquisa e de extensão de caráter interdisciplinar, a equipe que desenvolveu o projeto foi integrada por professores e alunos dos cursos de pós-graduação (PPGCOM/UFRGS) e de graduação (Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas) num total de 16 pessoas, que produziram 52 relatórios semanais, 12 mensais, 6 bimestrais e 2 relatórios semestrais.

Retomando a questão: os critérios que nortearam a pesquisa obedeciam aos conceitos de comunicação pública relacionados aos temas de interesse público, debate público e cidadania. E, para identificar se os princípios da comunicação pública e da radiodifusão pública estavam sendo atingidos na programação da TV Brasil, aplicou-se a metodologia quali-quantitativa que, através de sistema específico, classificou programas vinculados a diferentes módulos de conteúdos (jornalismo, infantil, entretenimento, informação, entretenimento, especiais e publicidade) com as indicações sobre temas, fontes, qualidades técnicas, estéticas e de produção. A partir dessa classificação, foi realizada análise qualitativa em grupo, que relacionava os resultados aos princípios da comunicação pública e da radiodifusão pública.

|Quais foram os principais resultados da pesquisa sobre a TV Brasil e como eles podem ajudar no fortalecimento dessa Instituição?

O relatório final da Pesquisa, apresentado para o Conselho Curador e, também, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara Federal, permitiu o debate sobre os seus resultados, que apontavam, em síntese, para a qualidade e inovação da TV Brasil quanto à sua grade, conteúdos, formatos e estética dos programas. Os resultados ressaltam, também, a necessidade de imprimir qualidade técnica, qualificar e incluir os profissionais envolvidos no debate sobre esses resultados, na medida em que eles representam parte desta sociedade que os vê.

|Quais as fragilidades da televisão pública?

A propalada fragilidade da televisão pública constitui um paradoxo importante para a comunicação pública. Essa dita fragilidade está na comparação sistemática que se faz, a partir da variável audiência, entre a TV comercial e a TV pública, associada a uma suposta incapacidade do sistema público de comunicação e da televisão pública de produzir conteúdos competitivos e disputar a audiência e o mercado. No entanto, entendo que a potência da radiodifusão pública reside exatamente na sua autonomia e liberdade em relação a competições de conteúdos e audiência. Sua força está aí e, se devo pensar em fragilidade, esta é política, pois há problemas políticos de várias ordens. Mas, ao classificá-la como instituição frágil, dela é retirado seu potencial de traduzir o interesse público, a cultura brasileira e, conseqüentemente, de fazer a diferença.

A televisão pública vive entre fronteiras estratégicas. De um lado, o poder da visibilidade e inserção popular – próprias do dispositivo televisivo e necessárias à política –, transformaram a televisão pública em um órgão desejado pelos governos,

que ali colocam seus profissionais capazes de operar a publicidade. Por outro lado, defender a comunicação pública constituída pelo trabalho e história destas televisões e rádios junto à democracia também integra o discurso dos governantes. Em meio a isso, reside a fragilidade da televisão pública: o interesse público é defendido pelos governos, mas sua administração pode estar atrelada a interesses privados de partidos e governantes.

| Como a televisão pública deve se sustentar?

A televisão pública deve ser sustentada especialmente pelo Estado, e poderia receber investimentos através de todos os meios que não maculem seu compromisso com o interesse público e sua autonomia em relação aos processos de criação, produção e circulação de informações. Nesse sentido, os investimentos dos governos democráticos são fundamentais, assim como o investimento da publicidade do governo e de instituições públicas. Afinal, por que as empresas estatais podem investir nos canais privados e não nos públicos? O limite está exatamente na preservação da autonomia e na liberdade de cada emissora em relação a sua programação e seus profissionais. A televisão é um investimento caro e a sua qualidade é que determina a capacidade de competir no mercado das audiências. Logo, é preciso investir dinheiro público nas emissoras públicas.

| Quais as relações que a televisão pública deve manter com o Estado?

A autonomia da televisão pública, e aqui cito a legislação que criou a EBC (2008), é de “autonomia em relação ao governo federal”. E assim deveria ser em todos os estados, municípios e instituições. A televisão pública deve obrigações ao Estado determinadas pela visibilidade e espaço que der a temas e questões relacionadas aos direitos sociais, humanos e políticos; mas sua única obrigação é com os valores republicanos, que também devem ser defendidos pelo governo democrático.

No entanto, as televisões públicas têm sido objeto de desejo dos governos, que tentam transformá-las em canais de comunicação que possam privilegiar o projeto político em curso. Evidentemente, representantes do Estado devem estar presentes em conselhos e administrações, mas na mesma proporção que os representantes da sociedade. Por outro lado, cabe ao Estado sustentar financeiramente esta televisão pública, com todas as verbas destinadas ao sistema de comunicação dos governos, propaganda, etc. Não porque seja propaganda, mas porque é instrumento de preservação da comunicação pública.

| Como a televisão pública deve dialogar com a sociedade?

Esse diálogo está na programação, que deve privilegiar o interesse público, a diversidade das culturas nacional e regionais, as informações que possam promover a cidadania e a emancipação social. A difusão de informações plurais e a abordagem de temas complexos e sensíveis como drogas, aborto, corrupção, violência, gênero e as diferentes sexualidades, ou temas da rotina relacionados à cultura, comportamento, educação, etc., podem estabelecer um diálogo diferenciado e educativo, na melhor acepção do termo.

A audiência vai sendo construída na medida em que os temas dialogam com os diferentes públicos e permitem que estes acessem novas informações para temas

complexos, que serão transformadas em conhecimento, opiniões e argumentos. O compromisso e a responsabilidade com o interesse público e a construção da cidadania têm a ver com esse processo. A definição da programação deve ser consequência de pesquisa de recepção, de audiência e de interesse, para além da pesquisa mercadológica.

| Ainda sobre a relação com a sociedade: a pesquisa sobre a TV Brasil buscou observar a participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios da comunicação pública. Quais as principais conclusões a que a pesquisa chegou nesse quesito? E quais os principais desafios para que a participação civil nos rumos da televisão pública seja assegurada?

A participação da sociedade é o grande desafio da televisão e da radiodifusão pública e essa participação foi avaliada pela citada pesquisa através da identificação das vozes relacionadas a determinados temas. Nesse sentido, os resultados apontaram para a necessidade de ampliar o espaço para os cidadãos, tanto na forma de ouvir suas opiniões em relação a temas, assim como na valorização de sua produção artística, cultural e social. Além disso, mais agilidade e interatividade na internet seria uma ação importante.

Cabe ressaltar que poderiam ser ativadas outras estratégias de inserção social e de construção da cidadania, através de acordos ou convênios entre a EBC e as escolas e universidades públicas. A qualidade e a inovação da programação permitiriam compartilhar conteúdos e contribuir com os currículos escolares, assim como essas instituições contribuiriam na avaliação e incremento da programação.

Mas como viabilizar a participação de instituições educacionais, fundamentais para avaliação e renovação de conteúdos? Como fazer com que os conselhos, que regem as emissoras públicas, tenham uma representação maior da sociedade e suas decisões sejam respeitadas pelos governos? Esse desafio técnico-político reside, também, na necessidade de administrar a interatividade e a divulgação de informações em diferentes plataformas digitais, compreendendo as mudanças e os novos modos como os públicos se relacionam com a TV.

| Como deve ser desenvolvida a grade da televisão pública?

Com os mesmos critérios técnicos e de qualidade de qualquer outra emissora, ou seja, adequada aos conteúdos, ao perfil dos públicos, aos horários. A grade da televisão pública deverá responder aos seus princípios e a sua ousadia em termos de conteúdo, experimentações e interações com a sociedade, mas respeitando a natureza da televisão, a relação e coerência entre programação, conteúdos, horários e telespectador. A TV Brasil, por exemplo, tem uma grade na qual alguns programas não estão adequados ao perfil da audiência desejada. Como é o caso da programação infantil, que permeia boa parte dos horários.

| Qual a importância da audiência para a televisão pública?

Para a televisão pública, a audiência deve ser tratada noutra perspectiva que não a da televisão comercial. Equívoco de primeira grandeza, a meu ver, é comparar emissoras públicas com as privadas. No Brasil, as TVs privadas têm um padrão de altíssima qualidade, construído e experimentado ao longo de décadas. A repetição desses

padrões de qualidade é realizada de modo cada vez melhor e mais adaptado aos chamados desejos do telespectador. Recursos financeiros e tecnológicos permitem que a competição seja acirrada e lucrativa. Uma série que fascina, em pouco tempo gerará duas outras e assim, sucessivamente.

Já a televisão pública deve ter uma programação de qualidade diferenciada e dirigida aos interesses da sociedade. Nesse sentido, ela é um espaço de criação de audiência diferenciada, um processo demorado e salutar. Única possibilidade de termos televisões que ultrapassem a mesmice. A TV Cultura (SP) e a TV Brasil vêm fazendo isso, lentamente.

Outro aspecto é que a formação dessa audiência pode ser trabalhada a partir da relação estabelecida entre a televisão e as instituições de ensino. Muito da programação poderia integrar currículos ou atividades extracurriculares, envolver comunidade, famílias. A programação da televisão pública poderia contribuir para a difusão de conhecimento, de novas informações para uma parcela significativa da população que circula nas escolas. É preciso entender o que a população brasileira gostaria de ouvir, ver e saber pela televisão. São respostas que devem ser obtidas fora dos padrões da pesquisa mercadológica que privilegia o conteúdo existente.

|Você assiste à televisão pública? Cite um programa e explique.

Assisto a diferentes programas na televisão pública, sem persistência. Na TV Cultura, os programas Roda Viva, Jornal da Cultura e Metrópolis. Na TVE/RS, o Estação Cultura e Radar (alguns outros programas a que assistia nessa emissora foram retirados do ar no atual governo estadual). Na TV Brasil, a programação é muito interessante, da informação ao entretenimento, com programas tais como o Repórter Brasil, o infantil Igarapé Mágico, Nova África, Exílio e Canções, Observatório de Imprensa, Samba da Gamboa, entre outros.

|A mudança ocorrida no governo federal no ano de 2016 e o contexto político brasileiro reacenderam as discussões em torno do papel da EBC e da TV Brasil para a comunicação pública do País. Em sua opinião, a instituição EBC está preparada para assegurar a manutenção dos seus princípios e objetivos como política de Estado?

A perseguição e a necessidade de restringir o funcionamento da EBC promovidos pelo atual governo são uma afronta à democracia, na medida em que se trata de uma instituição que responde aos princípios da comunicação pública, da pluralidade e da autonomia em relação ao Estado. Se o governo a controla, ela perde sua autonomia e é remodelada para ser mais um órgão de comunicação governamental e não de comunicação pública no sentido normativo da interação e participação da sociedade. Quanto mais forem cumpridas as pautas do governo, maior a produção de publicidade para este governo. Essa vinculação é bastante grave, porque sobrepõe interesses governamentais, partidários e pessoais aos interesses públicos. É bastante incompreensível o investimento dirigido a mudanças político-administrativas na EBC com tantos problemas nacionais de várias ordens. Isto pode ser indicador da potência do sistema público, da sua qualidade. Pode ser que o próprio mercado sinta-se incomodado.

A democracia brasileira necessita da EBC e de todas as instituições de comunicação pública que funcionam como espaço da pluralidade, da diversidade geográfica, cultural

e da cidadania. Nesse sentido, deve receber investimentos do Estado para garantir a sua autonomia, assim como deve ser avaliada continuamente por conselhos (como os existentes), que são constituídos por representantes da sociedade plural e do Estado. O problema é o desrespeito à legislação e à importância que a comunicação pública tem. Assim, na medida em que os governos entendem que estas mídias lhes pertencem, que devem ser orientadas pela propaganda, vão tratá-la como secretaria de governo. Como tal, interferem no seu funcionamento, na designação de dirigentes (como a ação do recém-empossado vice-presidente Temer em relação à EBC) ou quando propõem a extinção de emissoras para economizar recursos (caso da Fundação Piratini, que engloba a FM Cultura e a TV Educativa no Estado do Rio Grande do Sul)²⁰. O sistema público de comunicação é uma instância privilegiada de produção de informações de qualidade social, mais do que mercadológica.

| Considerações finais.

Existem quatro desafios principais para a televisão pública, se assim for respeitada. O primeiro diz respeito à manutenção de investimentos técnico-financeiros que a sustentem, via Estado e publicidade estatal. O segundo é o exercício da sua autonomia e liberdade na eleição, abordagem e difusão de conteúdos. O terceiro é o investimento na qualidade técnica da sua produção e qualificação profissional. Por último, está o desafio de não compartilhar a armadilha conceitual da audiência comparada. A televisão pública no Brasil pode ocupar esse lugar de ampliar o conhecimento, oferecer novas informações e estéticas e, conseqüentemente, constituir sua própria audiência. Defender a radiodifusão pública é defender a cidadania; é entender o espaço de debate privilegiado para a democracia brasileira; é investir na capacidade de produção de conteúdos sobre a diferença e grandiosidade da cultura brasileira, das linguagens, paisagens e do povo brasileiro. O assédio que a radiodifusão pública vem sofrendo é indicador da gravidade do momento político brasileiro.

²⁰ O governador do Estado do Rio Grande do Sul enviou, em 22/11/2016, para apreciação da Assembleia Legislativa, um projeto de lei que prevê a extinção de nove fundações, com a conseqüente demissão de mais de mil servidores concursados. Dentre as fundações, encontra-se a Fundação Piratini.